

DANO AMBIENTAL I

Em 1855, o **cacique Seattle, da tribo Suquamish**, do Estado de Washington, enviou uma carta ao 14º presidente dos Estados Unidos (**Francis Pierce**), depois de o Governo haver dado a entender que pretendia comprar o território ocupado por aqueles índios. Faz mais de um século e meio, mas o desabafo do cacique tem uma incrível atualidade:

“De uma coisa sabemos: A terra não pertence ao homem; é o homem que pertence a terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra agride os filhos da terra, não foi o homem quem teceu a trama da vida. Ele é meramente um fio da mesma. Tudo que ele fizer à terra, a si próprio fará”.

Isto dito no século XIX, por um pele-vermelha, tem muito significado.

No início do século XVII, ano de 1603, nas Ordenações e Leis do Reino de Portugal, recompiladas per mandado Del Rei D. Filipe, o Primeiro, livro V, título LXXV, (Imprensa da Universidade, Coimbra, 12ª ed., tomo III, 1851 págs. 337/338), encontramos o seguinte dispositivo:

“E mandamos, que pessoa alguma não corte, nem mande cortar Sovereiro, Carvalho, Ensinho Machieiro por o pé, nem mande fazer delle carvão, nem cinza; nem escasque, nem mande escascar, nem cernar algumas das ditas arvores, desde onde entra o Rio Elga no Termo da Villa do Rosmaninhal, até a Villa de Abrantes, e dahi até a foz do Rio Lisboa, nem até dez legoas do Tejo, contadas delle para ambas as bandas do Sertão, desde onde se mette o Rio Sever no Termo de Montalvão, até a foz do Rio de Lisboa, e donde se mette o Rio Elga, até onde entra o Rio Sever. As quaes dez legoas se contarão da banda de Portugal sómente. E fazendo o contrario, vá degradado quatro annos para Africa, e pague cem cruzados, e perca o carvão e cinza, ametade para quem o accusar, e a outra para os Captivos. E se for peão, seja além disso açoutado. Porém os que tiverem Sovereiros proprios, os poderão cortar, não sendo para carvão ou cinza; e córtando-os para isso, incorrerão nas ditas penas. E os Juizes dos lugares dos ditos limites tirarão disso devassa ao tempo, que tiram a devassa geral, e procederão contra os culpados, como for Justiça" (sic).

No **Título LXXVIII**, lemos (ob. cit. pág. 343):

"Mandamos que se alguma pessoa comprar alguma Colmea, ou Colmeas para sómente se aproveitar da cera, e matar as abelhas, se for peão, seja açoutado, e se for pessoa, em que não caibam açoutes, será degradado dous annos para Africa. E assi o que for açoutado, como degradado pagará em autrodobro todo o que valiam as Colmeas, que assi comprou, de que matou as abelhas, ametade para quem o accusar, e a outra para os Captivos"(sic).

A população do planeta cresceu assustadoramente e continua a crescer. Já somos 6,6 bilhões de habitantes.

As necessidades cada dia são maiores. A sociedade é altamente consumista.

Desenvolveram-se **técnicas** para atender às suas necessidades principais e supérfluas, para exportar produtos primários, mas não houve preocupação com o meio ambiente. **Obtinha-se o que a natureza podia dar desordenadamente, poluindo, degradando. Técnicas que, na verdade, hoje estão colocando em risco a vida do homem.**

Agora, estamos precisando de técnicas para explorar adequadamente os recursos naturais e corrigir o que de errado foi feito.

Temos de proteger a natureza e o meio ambiente para a nossa própria salvação.

Precisamos, pois, preservar o meio ambiente – a flora a fauna, o solo, o ar, a água – para termos **uma boa qualidade de vida.**

Para conseguirmos isso, é preciso desenvolver uma consciência ecológica, uma consciência voltada para a recuperação da qualidade ambiental, caso contrário o mundo estará perdido.

Sim, o mundo. Aquele que polui o ar prejudica não só a si como a toda uma comunidade.

A devastação das florestas muda o clima não só para aqueles que a devastaram, mas para toda a coletividade.

Quando não protegemos nascentes dos mananciais que nos fornecem água, o comprometimento da qualidade de vida é para todos, para a humanidade.

As agressões ecológicas atingem a todos, pois não respeitam fronteiras.

O meio ambiente deve ser preservado para o bem-estar, a segurança e a dignidade da raça humana. Para termos uma consciência ecológica é preciso que tenhamos uma **vontade política, um saber político.**

É preciso que deixemos de **ser analfabeto político.** No pensar de Bertold Brecht, em o Analfabeto Político (Revista de Estudos Jurídicos nº 9, pág. 409):

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais.”

A comunidade mundial quer nos impor o sacrifício de não nos desenvolvermos, de não explorarmos as nossas riquezas.

A extração da madeira deve continuar, porém de forma racional, evitando-se o desmatamento desenfreado, procedendo-se ao replantio de árvores, ao reflorestamento.

Devemos continuar a caçar e a pescar, observando, no entanto, as épocas próprias, e não utilizando instrumentos altamente devastadores. A caça e a pesca predatórias é que não podem ser permitidas. Temos de conciliar o desenvolvimento com a proteção ambiental.

Não podemos esquecer que nosso povo é pobre, somos uma nação em que a miséria predomina, e, assim, a exploração das madeiras, a extração dos minérios, e a caça e a pesca não podem ser impedidos de forma drástica.

A economia do norte e do nordeste do país é baseada essencialmente no extrativismo. Devemos proteger o nosso meio ambiente sem esquecermos, todavia, a realidade brasileira, sob pena de levarmos essa legião de miseráveis a um sofrimento muito maior.

Todos, governo e povo, têm o dever de defender o meio ambiente, a fim de que o homem possa sobreviver, com saúde, com dignidade.

Não só o poder público deve ter essa incumbência, mas todo o homem, toda a sociedade.

Constitui um dos direitos humanos, reivindicado pelos movimentos ecológicos, como lembrado por Norberto Bobbio, **“o direito de viver num ambiente não poluído”.**

José Zanine Caldas, nos adverte: **“Vivemos no país mais bonito do mundo. Não existe igual. Só temos que saber lidar com a natureza”.**

Lembremos finalmente, que: **“É a terra que dá vida ao homem”.**

**Luiz Antonio Batista da Rocha –Eng. Civil
Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental
rocha@outorga.com.br – www.outorga.com.br**